



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO n. 0011798

Objetivo da reunião: Comitê Gestor PJe

Horário/Data: 15/02/2019

Local: Sala 217 - CJF

Assunto: Acompanhamento de projeto

Participantes (nome/email/telefone)	Função/Cargo
JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES	SECRETÁRIA-GERAL
JUIZ FEDERAL DANIEL MARCHIONATTI BARBOSA	JUIZ-AUXILIAR
CLAUDETE IARA RODRIGUES GROSSI	SECRETÁRIA
DIVAILTON TEIXEIRA MACHADO	SECRETÁRIO
ALEX PENA TOSTA DA SILVA	ASSESSOR-CHEFE
EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA	SUBSECRETÁRIO
MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS	CHEFE DE SEÇÃO
JUIZ FEDERAL MARCELO VELASCO NASCIMENTO ALBERNAZ	COORDENADOR DO COMITÊ-GESTOR
JUIZ FEDERAL ITAGIBA CATTI PRETA NETO	DIRETOR DO FORO DA SJDF
LÚCIO MELRE DA SILVA	SECRETARIA DE TI
MARCOS BARBOSA ANDRADE	COORDENADORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
FABIANO MENDONÇA FURTADO	SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO SÉRGIO DOMINGUES	MEMBRO DO COMITÊ
JUIZ FEDERAL FABIANO LOPES CARRARO	MEMBRO DO COMITÊ
JADER CARLOS VIDEIRA	SECRETARIA DE TI
VITOR JOSÉ DE SOUZA	DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
AUREA LUCIA MACHADO HONDA	SECRETARIA DE TI
FÁBIO RODRIGO CUZZATTI	DIVISÃO DE SISTEMAS DE PROCESSO JUDICIAL
JUIZ FEDERAL SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA	MEMBRO DO COMITÊ
CRISTIAN RAMOS PRANGE	DIRETORIA DE TI
FERNANDA MARQUES MONTENEGRO	SUBSECRETARIA DE TI
LAUREANO MONTARROYOS FILHO	SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
VALFRIDO BATISTA SANTIAGO JUNIOR	SECRETARIA JUDICIÁRIA
GISELLE SCHMITZ	NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO
LUCIANE GOMES	SECRETARIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO
TIAGO CÉSAR MORONTE	SUBSECRETARIA DE SISTEMA CORPORATIVOS

Assunto(s) tratado(s):
<p>1. Pendências da última reunião:</p> <p>a) Agendar reunião no CNJ para tratar da tabela de documentos e petições; Solicitado à assessoria da presidência do CNJ (Dr. Bráulio) retorno sobre o andamento. Comitê solicitou aos representantes dos TRFs que deem ênfase ao tema na reunião sobre integração de sistemas do STJ.</p> <p>b) Elaborar e dar encaminhamento à portaria de designação dos membros da Subcomissão de Parametrização e Apoio à Implantação do PJe; A Subcomissão foi atualizada por meio da Portaria n. CJF-PCG-2018/00023, de 18 de setembro de 2018..</p> <p>c) Elaborar minuta de Resolução, alterando a composição da Comissão Técnica de Negócio com representantes dos tribunais que implantam o PJe; Minuta apresentada e aprovada. Incluir parágrafo único para TNU, condicionada a participação na CTN mediante a utilização do PJe.</p> <p>d) Adotar providências para a realização do treinamento em fluxo processual; Treinamento realizado. O Comitê solicitou do TRF da 3ª Região encaminhar ao CJF o relatório do treinamento.</p> <p>e) Encaminhar à área orçamentária solicitação para distribuição de R\$ 164.089,14 entre os TRFs da 1ª, 3ª e 5ª Regiões; Recurso descentralizado.</p>

<p>2. Finalização do projeto estratégico implantação do PJe na Justiça Federal e pesquisa de satisfação dos usuários dos sistemas de processo eletrônico.</p> <p>O comitê deliberou por unanimidade manter o projeto de implantação do PJe no portfólio dos projetos estratégicos da Justiça Federal, com ampliação do escopo para 100% dos casos novos e incluir plano de ação para tratamento do resultado da pesquisa de satisfação dos usuários de sistema de processo judicial eletrônico da Justiça Federal. O comitê deliberou por avaliar no final de 2019 a necessidade de realização de nova pesquisa.</p>

<p>3. Repasse da reunião do Comitê Gestor Nacional do PJe.</p> <p>Dr. Marcelo repassou os informes sobre os principais assuntos discutidos no comitê-gestor nacional do PJe: Disponibilização da versão 2.1; elaboração do manual da versão; inclusão do módulo criminal, prioridade de expansão e aprimoramento do PJe nacional; avanços nos trabalhos de integração de ferramentas e serviços de Inteligência Artificial; normatização sobre procedimentos de acesso de terceiros aos bancos de dados do poder judiciário; abertura de concurso para escolher a nova identidade visual do PJe.</p>

<p>4. Criação de grupo de trabalho, com servidores e magistrados, para homologação do módulo penal do PJe Nacional.</p> <p>Dr. Marcelo solicita aos TRFs que interajam para avaliar a conveniência e a possibilidade de atuar em colaboração com o CNJ para a homologação de versões. Sugere que após os treinamentos do TJDFT essa colaboração possa ser definida e iniciada. Comitê aprovou a proposta de homologação colaborativa, cabendo ao presidente da Subcomissão de Parametrização e Apoio à Implantação do PJe alinhar os procedimentos com os tribunais.</p>

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista (Se aplicável)
4.1	Articular trabalhos de homologação de versões com os tribunais	Subcomissão de Parametrização e Apoio à Implantação	

<p>5. Redefinição do índice de implantação do PJe nas turmas recursais.</p> <p>Equipe do TRF1 propõe que as turmas recursais sejam desdobradas nos seguintes órgãos julgadores: relatoria, presidência e secretaria. O estatístico responsável pelo Observatório da Estratégia da Justiça Federal esclareceu que, caso a proposta de alteração seja aceita, o indicador perderá o histórico a menos que os dados de períodos anteriores sejam reenviados conforme a nova metodologia. A proposta foi aprovada pelo comitê.</p>

<p>6. Planejamento orçamentário 2019</p> <p>O comitê delibera por solicitar ao CNJ flexibilização da destinação orçamentária e prevendo possibilidade de incluir investimentos em digitalização do acervo físico para o PJe na versão nacional.</p>
--

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista (Se aplicável)
6.1	Encaminhar ofício ao CNJ, solicitando a flexibilização da destinação orçamentária do PJe até o final do projeto, incluindo nos itens autorizados a digitalização do acervo físico para o PJe na versão nacional.	Secretaria Executiva	

<p>7. Relato da implantação nas regiões.</p> <p>TRF1 - Pje implantado em 85% dos órgãos julgadores tendo 41% dos casos novos já no sistema. Quantitativos no 1º grau 317.679 e no 2º grau 92.301 processos. Expansão para execução fiscal. Em fase de homologação da versão 2.02.</p> <p>TRF3 - Quantitativos no 1º grau 553.518 e no 2º grau 139.720 processos.</p> <p>TRF5 - Destaca a digitalização do acervo de processos físicos e o aplicativo para <i>mobile</i> para magistrados disponibilizado na versão nacional. Expansão do PJe para os JEFs.</p>

<p>8. Assuntos diversos.</p> <p>Equipe do MPF questiona sobre a ferramenta 'mobile' e a previsão de alcançar os usuários externos. Fernanda esclarece que esses serão alcançados em um segundo momento e que tal funcionalidade está sendo desenvolvida com a SJRN. A funcionalidade destinada aos cidadãos está sendo desenvolvida com o projeto vencedor do campus party.</p> <p>Dr. Daniel sugere implementar no PJe ajuste para que não haja a visualização da matrícula do servidor por usuário externo nos processos criminais e de execução penal. O comitê deliberou por registrar a demanda no JIRA.</p>
--

Em resposta ao questionamento formulado pela 1ª Região a respeito da utilização dos recursos orçamentários, a 5ª Região esclarece que, mensalmente, encaminha ao CJF a prestação de contas e as faturas são vinculadas a issues do desenvolvimento da versão nacional. Quando as despesas são para a versão própria é feito o destaque. Quando se trata de itens de infraestrutura é feito o rateio, conforme a utilização seja para PJe nacional ou para a versão própria. Acrescenta que as verbas para diárias e passagens também são segregadas conforme a versão.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista (Se aplicável)
8.1	Registrar demanda de ajuste do PJe para omitir identificação de servidor e magistrado em processos de execução penal	Subcomissão de Parametrização e Apoio à Implantação	



Documento assinado eletronicamente por **Magali Zilca de Oliveira Dantas, Chefe - Seção de Aperfeiçoamento de Processos**, em 26/02/2019, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Edimilson Cavalcante de Oliveira, Subsecretário(a) - Subsecretaria de Modernização da Gestão**, em 26/02/2019, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0011798** e o código CRC **37B1C4D1**.